



A ÉTICA NA PESQUISA QUALITATIVA

ETHICS IN QUALITATIVE RESEARCH

Jefferson Mainardes¹

Resumo: Este artigo, de natureza teórica, apresenta reflexões sobre a ética na pesquisa qualitativa. O problema teórico central refere-se à necessidade de superar a visão da ética procedimental e burocrática em direção a uma visão mais substantiva de ética em pesquisa. Para isso, são mobilizados os conceitos de ético-ontopistemologia, responsabilidade epistêmica e reflexividade ética. As principais conclusões são as seguintes: a) há necessidade de ampliar a visão de ética em pesquisa e superar a dimensão procedimental e burocrática da ética em pesquisa; b) no Brasil, ocorreram alguns avanços na pesquisa em Humanidades, mas ainda há muito a ser feito no que se refere à regulação da ética em pesquisa que respeite as especificidades da pesquisa em Humanidades, à formação ética dos pesquisadores, à criação de uma cultura de ética em pesquisa e à ampliação do número de trabalhos que apresentam considerações éticas nos relatórios de pesquisa.

Palavras-chave: Ética em pesquisa; Pesquisa qualitativa; Ético-ontopistemologia.

Abstract: This theoretical article presents reflections on ethics in qualitative research. The central theoretical issue addressed concerns the need to overcome the procedural and bureaucratic view of ethics towards a more substantive view of ethics in research. To this end, the concepts of ethico-ontopistemology, epistemic responsibility, and ethical reflexivity are mobilized. The main conclusions are as follows: a) there is a need to broaden the view of ethics in research and overcome the procedural and bureaucratic dimension of ethics in research; b) in Brazil, some advances have occurred in Humanities research, but much remains to be done regarding the regulation of ethics in research that respects the specificities of research in the Humanities, the researchers' ethical training, the creation of a culture of ethics in research, and increasing the number of works that present ethical considerations in research reports.

Keywords: Ethics in research; Qualitative research; Ethico-ontopistemology.

1 Introdução

Este artigo, de natureza teórica, tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre a ética na pesquisa qualitativa.² A pesquisa qualitativa envolve pessoas e, por essa razão, demanda uma série de reflexões e de cuidados éticos. Desde o surgimento das preocupações com a ética em pesquisa, no Código de Nuremberg, de 1947, e na Declaração de Helsinque, de 1964, e da proposição da criação de Comitês de Ética em Pesquisa para avaliar as pesquisas com seres humanos (World Medical Association, 1975), o compromisso principal se refere à proteção dos participantes/sujeitos das

¹ Doutor pelo *Institute of Education – University College London*. Professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: mainardesjefferson@gmail.com

² Uma versão preliminar das ideias deste artigo foi apresentada no VII Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos (SIPEQ), realizado em Foz do Iguaçu – Paraná, em maio de 2025.



pesquisas. Inegavelmente, tanto a proteção dos participantes/sujeitos quanto a revisão ética dos projetos de pesquisa são questões importantes. No entanto, o desenvolvimento teórico-prático da ética em pesquisa tem colocado novas questões e novas perspectivas. Conceitos como ético-ontopistemologia, reflexividade ética e responsabilidade epistêmica têm sido úteis para a superação da ética burocrática e procedimental (Falcão, 2019; Guillemin; Gillam, 2025; Jacob; Riles, 2007; Mainardes, 2026b).

O problema teórico central deste artigo refere-se à necessidade de superar a visão da ética procedimental e burocrática em direção a uma visão mais substantiva de ética em pesquisa. A partir da perspectiva ético-ontopistemológica, a ética pode ser considerada um dos elementos estruturantes da pesquisa (Mainardes, 2022, 2025a, 2025b, 2026b) e precisa, portanto, ser colocada em primeiro plano (Stetsenko, 2017, 2021). Assim, em se tratando da ética, compreende-se que ela está relacionada às dimensões ontológicas, epistemológicas e políticas da produção de conhecimento e, por conseguinte, vai muito além da dimensão burocrática e procedimental, a qual se restringe à aprovação ética por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), à obtenção da autorização para a realização da pesquisa, ao consentimento informado etc. À medida que os pesquisadores ampliam a visão de ética em pesquisa no processo de produção do conhecimento e compreendem a sua importância, poderão dar maior centralidade à ética em pesquisa em todas as suas etapas, inclusive na elaboração dos relatórios de pesquisa e nas publicações.

O conceito de responsabilidade epistêmica é frequentemente intercambiado com os termos “conhecer bem” ou “conhecer responsabilmente”. O referido conceito fundamenta-se no trabalho da filósofa Lorraine Code, que redefine a ética de pesquisa não como um conjunto de regras externas, mas como um compromisso moral e político intrínseco ao processo de construção do conhecimento (Doucet; Mauthner, 2002). A ética convencional é frequentemente aplicada de forma prospectiva, por meio de um CEP que aprova o projeto antes do início da coleta de dados, muitas vezes adotando uma abordagem burocrática, por meio do preenchimento de um formulário ou plataforma. Em contraste, a responsabilidade epistêmica é um compromisso contínuo, tornando-se especialmente crítica durante a análise de dados. Trata-se de um estágio frequentemente “invisível”, em que o pesquisador tem controle total sobre as interpretações, e a ética convencional e burocrática tem pouco alcance e aplicação no que ocorre “[...] atrás das portas do escritório” (Doucet; Mauthner, 2002, p. 129).

A reflexividade ética é um conceito fundamental na pesquisa, especialmente na pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais (CHS). Essa perspectiva não se



restringe às regras éticas formais e burocráticas, pois requer um engajamento com a autoavaliação contínua e crítica sobre os próprios valores, as decisões e o impacto do trabalho (Gewirtz, 2007; Juroš, 2011). Para Gewirtz (2007), a reflexividade ética pode ser entendida como um processo multifacetado que implica essencialmente três ações principais: a) explicitar os valores e os princípios éticos que fundamentam as análises realizadas no estudo; b) justificar esses valores e princípios éticos, especialmente quando a análise se baseia em suposições sobre a melhor solução para dilemas de valor; e c) refletir sobre as possíveis consequências éticas do trabalho, questionando, por exemplo, de que formas a pesquisa pode prejudicar outras pessoas, legitimar ou intensificar condições, políticas, relações de poder ou discursos considerados incorretos.

A reflexividade ética é um elemento essencial para garantir o rigor e a legitimidade da pesquisa, particularmente nas CHS, pois promove o rigor, a credibilidade e a transparência; oferece elementos para a avaliação, pelos pares, do nível de coerência ética no trabalho de pesquisa; e reduz as possibilidades de que as análises contribuam para fins indesejáveis. Além disso, a reflexividade ética é essencial para responder a dilemas e tensões entre diferentes compromissos éticos, estimulando os pesquisadores a resolvê-los e evitando a “crítica de cima” (uma análise sociológica distante do campo da prática) (Gewirtz, 2007). A reflexividade ética deve ser exercida de forma contínua, uma vez que as decisões éticas e as escolhas metodológicas não são neutras, mas sim exercícios de pesquisa situados em um contexto avaliativo e carregados de implicações éticas concretas.

Os conceitos de ético-ontoepistemologia, responsabilidade epistêmica e reflexividade ética destacam a importância da ética em pesquisa no processo de produção de conhecimento e servem de estímulo e ponto de partida para promover um maior engajamento dos pesquisadores com a ética em pesquisa, em todas as suas etapas.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste ensaio foi a pesquisa bibliográfica, a qual envolveu: a) o levantamento bibliográfico sobre a ética na pesquisa qualitativa; e b) a busca de referenciais teóricos e conceituais sobre a perspectiva ético-ontoepistemológica, modelos de avaliação ética e alternativas para a revisão ética para a área de Humanidades. No que se refere à fundamentação teórica, optou-se pelas contribuições de Stetsenko (2017, 2021) sobre a perspectiva ético-ontoepistemológica; sobre ética procedimental e ética na prática (Guillemín; Gillam, 2025); bem como pelas proposições e publicações do Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALA), que tratam da ética em pesquisa na área de



Humanidades, principalmente o documento “Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica” (FCHSSALA, 2024).

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, apresenta-se o quadro teórico-conceitual que fundamenta o ensaio. A segunda seção se destina a uma breve apresentação da ética na pesquisa qualitativa. Por fim, a última seção traz as considerações finais.

2 Quadro teórico-conceitual

A fundamentação teórica do presente artigo foi estruturada a partir do conceito de ético-ontopistemologia (Stetsenko, 2017, 2021), de ética procedimental e ética na prática (Guillemin; Gillam, 2025) e de proposições e publicações do FCHSSALLA (2024).

2.1 Ético-ontopistemologia

O neologismo “ético-ontopistemologia” foi cunhado inicialmente pela física e filósofa estadunidense Karen Barad (2007) para indicar a indissociabilidade da ética, da ontologia e da epistemologia quando o pesquisador se engaja na prática científica e na produção de conhecimento científico. Barad (2007) propõe “uma ética do mundo” que parte de um modelo relacional, situado e corporificado de (inter)subjetividade, e que revela como a ética, o ser e o saber não podem mais ser separados. Inspirada em Jacques Derrida, Emmanuel Levinas e na tradição dos estudos científicos feministas, como os de Donna Haraway, Barad desenvolveu a nova teoria materialista feminista do realismo agencial, que enfatiza a necessidade de uma produção de conhecimento justa e responsável, bem como a ideia de que não se pode deixar de se envolver eticamente com o mundo. De acordo com a teoria do realismo agencial, o universo compreende fenômenos que representam a inseparabilidade ontológica das agências intra-atuantes. “Intra-ação” é um neologismo introduzido por Barad que sinaliza um importante desafio à metafísica individualista. A ideia central é que o que se pesquisa está entrelaçado à maneira como se pesquisa.

Uma outra perspectiva de ético-ontopistemologia foi delineada por Anna Stetsenko (2017, 2021). Para a autora, a perspectiva ético-ontopistemológica refere-se à unidade entre ser, saber e fazer. Em um primeiro momento, a autora começou a escrever sobre aspectos sociopolíticos e éticos da pesquisa como elementos inseparáveis das



questões teórico-conceituais. Em um segundo momento, passou a destacar a noção de visão de mundo transformadora e a postura ativista, tomando a ética como elemento central. Finalmente, no livro *The Transformative Mind: Expanding Vygotsky's Approach to Development and Education* (Stetsenko, 2017) e em outras publicações, a ético-ontopistemologia aparece como temática central (Mainardes, 2022).

A partir da perspectiva ético-ontopistemológica de Stetsenko (2017, 2021), pode-se argumentar que: a) a ética é um dos elementos estruturantes da pesquisa e necessita ser colocada em primeiro plano; b) a ética não é um elemento isolado na pesquisa, mas necessita ser coerente e harmonicamente entrelaçada com as questões ontológicas e epistemológicas, ou seja, com as escolhas teóricas realizadas pelos pesquisadores; c) todas as pesquisas envolvem questões éticas, inclusive aquelas que não contam com a participação de pessoas diretamente; d) a ética está presente em todas as etapas da pesquisa (opção pela área de pesquisa, elaboração do projeto, coleta/produção de dados, análise e interpretação de dados, devolutiva, publicações, ativismo transformador que possa emergir no processo de pesquisa ou após a sua realização); e) mesmo que de forma não consciente, no processo de pesquisa, os pesquisadores utilizam um conjunto de princípios éticos que orienta todas as suas ações como pesquisadores; f) em virtude da centralidade da dimensão ética, é imprescindível que as questões éticas sejam contempladas no processo de formação de pesquisadores.

A perspectiva ético-ontopistemológica fundamenta a ideia de que os temas de pesquisa, bem como a escolha de abordagens teórico-epistemológicas e metodológicas, não são aleatórios, mas intrinsecamente relacionados a perspectivas éticas, ontológicas e epistemológicas. Desse modo, compreende-se a necessidade de explicitar tais perspectivas nos relatórios de pesquisa, da forma mais completa possível.

O conceito de ético-ontopistemologia destaca a importância da ética em pesquisa no processo de produção de conhecimento e serve de estímulo e ponto de partida para promover um maior engajamento dos pesquisadores com a ética em pesquisa, em todas as suas etapas. Dessa forma, a incorporação das questões éticas na pesquisa (em todas as suas etapas) constituir-se-á em um continuum da centralidade da ética em pesquisa, e não em uma ação isolada.

2.2 Ética procedimental e ética na prática



Para Guillemin e Gillam (2025), é necessário distinguir duas dimensões da ética: a ética procedimental e a ética na prática. A ética procedimental refere-se ao preenchimento de formulários e às exigências de CEPs, os quais nem sempre estão preparados para compreender as especificidades da pesquisa em CHS.³ A “ética na prática” diz respeito às questões éticas cotidianas que surgem durante a realização da pesquisa. Para as autoras, o termo “microética”, proposto inicialmente por Komesaroff (Guillemin; Gillam, 2025), é potencialmente útil para pensar a ética na prática.⁴

O termo “microética” surgiu na prática clínica (médica), mas pode ser estendido para a pesquisa qualitativa. A microética refere-se às questões da ética cotidiana entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. Guillemin e Gillam (2025) sugerem que, no processo de pesquisa, há diversos “momentos eticamente importantes” que exigem do pesquisador sensibilidade, atenção e responsabilidade. A partir da explanação das autoras, fica claro que a mera aprovação do projeto de pesquisa não garante o agir ético.

Para Guillemin e Gillam (2025), a pesquisa ética é muito mais do que uma pesquisa que obteve a aprovação de um CEP. Embora os CEPs desempenhem um papel importante em destacar princípios éticos relevantes para a pesquisa social, seu papel é “necessariamente limitado” (Guillemin; Gillam, 2025, p. 273). Os CEPs não podem ajudar quando o pesquisador está no campo e surgem situações difíceis e inesperadas, quando ele necessita tomar decisões imediatas sobre questões e dilemas éticos, ou quando são reveladas informações que sugerem que alguma pessoa está em risco.

O modelo da ética procedimental e burocrática afeta tanto os pesquisadores que realizam pesquisas clínicas quanto aqueles da área de CHS. Gillam e Guillemin (2018), por exemplo, demonstram que as relações entre pesquisadores e CEPs têm sido tensas há muito tempo. Segundo as autoras, diversas pesquisas empíricas recentes mostram que há um sentimento persistente de desconfiança entre alguns pesquisadores e membros de CEPs. Embora os pesquisadores geralmente vejam o processo de revisão ética como importante em princípio, eles também o percebem como contencioso e como criador de obstáculos burocráticos desnecessários.

³ Outros autores, tais como Duarte (2015), Falcão (2019), Jacob e Riles (2007), também apontam o problema da ética burocrática, a qual está muito relacionada à aprovação ética por um CEP. Trata-se de uma visão limitada de ética em pesquisa, a qual precisa ser superada. Ao contrário da ética burocrática, a perspectiva ético-ontopistemológica propõe que a ética seja colocada em primeiro plano, de forma integrada com as escolhas ontológicas e epistemológicas.

⁴ Komesaroff (1995 *apud* Guillemin; Gillam, 2025) observou que havia uma disjunção entre a bioética de “grandes questões” e a ética cotidiana na prática clínica. Ao usar o termo “microética”, Komesaroff tentou “[...] capturar as questões éticas cotidianas que surgem na prática clínica [...]” (Guillemin; Gillam, 2025, p. 6).



Pesquisadores de diferentes disciplinas e abordagens, tanto quantitativas quanto qualitativas, sentem-se não apenas frustrados, mas também incompreendidos pelos CEPs. Pesquisadores qualitativos, em particular, tendem a sentir que suas pesquisas são mal compreendidas e que um “[...] paradigma biomédico estrangeiro é imposto a eles” (Gillam; Guillemin, 2018, p. 263).

2.3 Alternativas para a ética em pesquisa na área de Humanidades

No Brasil e em diversos países, a revisão ética de projetos de pesquisa fundamenta-se na pesquisa em Saúde. Para Israel (2015), em muitos países, incluindo a Austrália, o Brasil, o Canadá, a Índia, a Nova Zelândia, o Reino Unido e os Estados Unidos, os pesquisadores argumentam que os reguladores têm imposto um modelo biomédico de ética em pesquisa que faz pouco ou nenhum sentido para os cientistas sociais. O autor questiona: Como podemos ir além de meramente atenuar as preocupações dos reguladores e nos concentrar em pensar a conduta ética de forma criativa e inteligente? Para ele, os cientistas sociais estão zangados e frustrados com esse modelo de revisão ética. Segundo o autor, os pesquisadores têm reclamado que seu trabalho tem sido restringido e distorcido por reguladores da prática ética que não compreendem a pesquisa em Ciências Sociais nem os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais com os quais os pesquisadores trabalham.

Em seu livro, Israel (2015) se propôs a: a) demonstrar o valor prático da consideração séria e sistemática da conduta ética na pesquisa em Ciências Sociais; b) identificar como e por que surgiram os atuais regimes regulamentares nacionais e internacionais; c) revelar as práticas que contribuíram para relações adversas entre pesquisadores e reguladores; e d) encorajar todas as partes a desenvolverem soluções compartilhadas para problemas éticos e regulamentares. Um aspecto importante do livro de Israel (2015) é a defesa de que a ética seja seriamente considerada na pesquisa em CHS.

As principais críticas ao modelo da pesquisa médica para a pesquisa em Humanidades são as seguintes:

- a) Predomínio do modelo biomédico e da pesquisa experimental, desconsiderando as especificidades da pesquisa na área de Humanidades (Juroš, 2011; Sarti, 2015; Schrag, 2010).
- b) Burocratização da ética em pesquisa: redução da ética em pesquisa ao preenchimento de um formulário, em vez de um processo contínuo de



engajamento ético (Falcão, 2019; Holbrook *et al.*, 2017; Jacob; Riles, 2007; Quickfall, 2022).

- c) Experiências negativas dos pesquisadores: morosidade dos CEPs, questionamentos sobre a pesquisa que extrapolam as questões éticas; dificuldades para a aprovação ética em virtude do desconhecimento das especificidades da pesquisa em Humanidades (Duarte, 2017; Gillam; Guillemín, 2018; Sarti, 2015; FCHSSALLA, 2024);
- d) Falta de suporte após a aprovação ética: de modo geral, os CEPs e os sistemas de revisão ética se restringem à aprovação ética, sem oferecer suporte aos pesquisadores em relação a dilemas éticos que emergem na prática da pesquisa, bem como nas etapas posteriores à finalização da pesquisa (devolutiva, publicações, disseminação de resultados) (Quickfall, 2022).

No Brasil, desde 1988, as questões relacionadas à revisão ética têm sido reguladas no âmbito do Ministério da Saúde – pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), até 2024 e, após a Lei nº 14.874 de 28 de maio de 2024 (Brasil, 2024), pelo Ministério da Saúde. Em 1996, foi aprovada a Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 1996 (Brasil, 1996), e criada a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Em 2012, foi aprovada a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012), e instituído o Sistema CEP/Conep. Foi implementada também a Plataforma Brasil. Desde o ano 2000, algumas associações científicas de CHS começaram a questionar o modelo de revisão ética (Duarte, 2017), principalmente a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entre outras.

Em 2013, foi criado o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA), com o objetivo de acompanhar as discussões sobre ética e pesquisa. Atualmente, é nomeado Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA), congregando 59 associações. O referido Fórum foi uma instância importante na composição do Grupo de Trabalho (GT) criado pela Conep, em 2013, encarregado de elaborar uma resolução complementar sobre ética em pesquisa em CHS, no período de 2013 a 2016, que culminou na aprovação da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016 (Brasil, 2016).

O GT de Ética em Pesquisa do FCHSSALLA acompanhou todas as iniciativas relacionadas à regulação da ética em pesquisa e, a partir de 2014, passou a defender a necessidade da criação de um sistema de revisão ética próprio das CHS, fora da área da



Saúde. De 2014 até o presente, diversas alternativas para a criação desse sistema foram apresentadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Além disso, o FCHSSALLA participou de diversas reuniões com o Ministério da Saúde, em 2024 e 2025, com o objetivo de obter informações sobre a regulamentação da Lei nº 14.874/2024, bem como indicar as especificidades das Humanidades no processo de regulamentação da lei.

Uma iniciativa importante do GT de Ética em Pesquisa do FCHSSALLA foi a publicação do documento “Diretrizes para a ética em pesquisa e a integridade científica” (FCHSSALLA, 2024). O documento apresenta uma contextualização sobre a ética em pesquisa na área de Humanidades, um conjunto de princípios gerais, direitos dos sujeitos das pesquisas e compromissos das pessoas que desenvolvem as pesquisas. Uma inovação do documento é que ele não se restringe à revisão ética dos projetos de pesquisa, pois aborda questões relacionadas à integridade acadêmica e científica, bem como questões relacionadas à publicação etc.

A partir da Lei nº 14.874/2024, que se encontra em fase de implementação pelo Ministério da Saúde, espera-se conquistar mais espaços que garantam a especificidade das pesquisas em Humanidades, tanto na composição da Instância Nacional de Avaliação Ética em Pesquisa (INAEP) quanto no sistema de registro e avaliação dos projetos de pesquisa. Uma das alternativas pensadas pelo GT de Ética em Pesquisa é a criação de CEPs de CHS ou câmaras de CHS nos CEPs das Instituições de Ensino Superior (IES). No Sistema CEP/Conep (atualmente extinto), há CEPs específicos de CHS em algumas instituições, tais como: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), entre outras. Nesses CEPs, ainda em funcionamento, avalia-se que a revisão ética das pesquisas de CHS se dá de forma mais adequada e ágil, reduzindo de forma muito significativa as dificuldades na aprovação ética.

Como já afirmado, a aprovação ética das pesquisas é importante. Entretanto, em uma perspectiva mais ampla, faz-se necessário compreender a ética como um dos elementos estruturantes da pesquisa. Desse modo, a reflexão sobre a ética deve estar presente em todas as etapas da pesquisa. Além disso, há necessidade de uma integração harmônica entre a ética e os fundamentos ontológicos, epistemológicos e políticos que fundamentam a pesquisa.



3 A ética na pesquisa qualitativa

Pesquisa qualitativa é um termo abrangente que engloba um conjunto de técnicas interpretativas voltadas para descrever, decodificar e traduzir o significado – e não a frequência – de fenômenos que ocorrem naturalmente no mundo social (Merriam; Tisdell, 2016). Ao contrário da pesquisa quantitativa, que foca em números e análises estatísticas, a pesquisa qualitativa utiliza palavras como dados, coletadas e analisadas de diversas formas. O objetivo central é entender como as pessoas interpretam suas experiências, como constroem seus mundos e que significados atribuem a essas vivências (Merriam; Tisdell, 2016). Ainda de acordo com as autoras, as principais características que definem a natureza da pesquisa qualitativa são as seguintes:

- a) Foco no significado e na compreensão: o interesse está em apreender a perspectiva dos participantes (conhecida como perspectiva *emic* ou de *insider*), buscando entender o processo de construção de significado em seu contexto específico.
- b) O pesquisador como instrumento primário: o pesquisador é o principal responsável pela coleta e análise dos dados. Ele pode ser imediatamente responsivo e adaptável, processando informações, verificando a precisão das interpretações e explorando respostas inesperadas.
- c) Emprego do processo indutivo: os pesquisadores qualitativos geralmente não partem do teste dedutivo de teorias existentes, mas sim da coleta de dados para construir conceitos, hipóteses ou teorias. As descobertas emergem de fragmentos de informações (entrevistas, observações, documentos) que são combinados em temas maiores.
- d) Descrição rica: o produto é ricamente descritivo, utilizando palavras e imagens para transmitir o que foi apreendido. Isso inclui o uso abundante de citações de participantes, notas de campo e trechos de documentos para apoiar as conclusões (Merriam; Tisdell, 2016).

A ética em pesquisa é um tema abordado na maioria dos manuais de pesquisa qualitativa. No entanto, há publicações específicas, tais como os livros de Hammersley e Traianou (2012), Mauthner *et al.* (2002), Welland e Pugsley (2002), entre outros.

O livro *Ethics in Qualitative Research: Controversies and Contexts*, de Martyn Hammersley e Anna Traianou, publicado pela Sage, com primeira edição em 2012,



apresenta uma perspectiva coerente e defensável sobre a ética na pesquisa qualitativa, posicionando-se contra o aumento da regulamentação ética e o que os autores chamam de “moralismo” na área. Hammersley e Traianou (2012) enfatizam o caráter difícil e controverso das questões éticas e examinam os pressupostos filosóficos envolvidos, os contextos sociais em que surgem os princípios éticos fundamentais e suas implicações para a prática da pesquisa. Os autores argumentam que o ponto de partida para qualquer discussão sobre ética em pesquisa deve ser os valores intrínsecos à pesquisa, sobretudo o compromisso com a produção de conhecimento.

Contudo, a busca pela investigação é, com razão, restringida por valores externos. Hammersley e Traianou (2012) destacam três deles: minimização de danos, respeito à autonomia e proteção da privacidade. Esses valores externos não são totalmente inequívocos, podem gerar conflito entre si (ou com os compromissos da pesquisa) e estão sempre sujeitos à interpretação situacional e ao julgamento prático. Argumenta-se, porém, que, em tempos desafiadores, é essencial que pesquisadores qualitativos defendam os valores da pesquisa.

O livro intitulado *Ethics in Qualitative Research* foi editado por Melanie Mauthner, Maxine Birch, Julie Jessop e Tina Miller. Publicado pela Editora Sage, com primeira edição em 2002, a obra examina os dilemas éticos encontrados ao realizar pesquisa qualitativa, integrando aspectos teóricos e práticos. Mauthner *et al.* (2002) abordam essa área a partir de suas posições como pesquisadoras feministas. Para as autoras, o crescimento da pesquisa qualitativa, que explora experiências subjetivas e “vozes”, intensificou o escrutínio do processo de pesquisa. As considerações éticas geralmente se limitam a diretrizes formais de proteção, confidencialidade e anonimato, e à obtenção de aprovação de comitês. Todavia, Mauthner *et al.* (2002) abordam a lacuna entre a prática da pesquisa (caracterizada por sua fluidez e incerteza indutiva) e os princípios éticos estáticos e formalizados que a orientam.

O livro *Ethical Dilemmas in Qualitative Research*, organizado por Welland e Pugsley, foi publicado pela primeira vez em 2002 pela Editora Ashgate e republicado em 2019 pela Routledge. Essa coletânea explora e analisa criticamente os diversos dilemas e as questões éticas que os pesquisadores qualitativos enfrentam em campo, incluindo: respeito à privacidade, estabelecimento de honestidade e abertura na relação com os participantes e prevenção de deturpações. Os autores oferecem relatos reflexivos sobre o processo de negociação das inevitáveis tensões que surgem ao aplicar os princípios éticos



expressos nas declarações de órgãos profissionais e de pesquisa às situações materiais encontradas em campo.

A diversidade de contextos e projetos explorados nesse livro demonstra que os modelos prescritivos muitas vezes fornecem uma visão inadequada dos dilemas éticos encontrados na pesquisa dos mundos sociais e da vida dos participantes. A ideia central nos diferentes capítulos é que a conexão e o grau de intimidade que se formam entre pesquisador e pesquisado na investigação qualitativa geram uma série de questões éticas. Muitas associações profissionais elaboraram seus próprios conjuntos de diretrizes éticas para seus membros em decorrência dessas questões.

Para Welland e Pugsley (2002), na pesquisa social, a coleta/produção de dados não se constitui em uma técnica mecânica. Ao contrário, é entendida como uma coprodução entre pesquisador e pesquisado, em que o investigador atua como o instrumento primário, o que exige vigilância constante sobre preconceitos e subjetividades que moldam a interação (Welland; Pugsley, 2002). Tal análise pode ser aplicada à pesquisa qualitativa.

Em razão disso, a ética em pesquisa possui várias implicações para a pesquisa qualitativa, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Síntese das principais implicações éticas na pesquisa qualitativa

Etapa da pesquisa	Implicações éticas
Opção pela temática	<ul style="list-style-type: none">- Compromissos éticos do pesquisador com a temática, com os sujeitos/participantes e com a realidade.- Intencionalidades do pesquisador no processo de pesquisa e após a sua realização.
Elaboração do projeto de pesquisa	<ul style="list-style-type: none">- Análise crítica da literatura e identificação de lacunas existentes.- Definição clara e consciente da fundamentação teórica ou do quadro conceitual (ético-ontopistemologia).- Rigor metodológico da pesquisa.- Coerência entre objetivos, questões de pesquisa, metodologia e referencial teórico.- Critérios para a seleção dos sujeitos/participantes.
Acesso ao campo	<ul style="list-style-type: none">- Obtenção de autorização para realizar a pesquisa.- Decisões sobre consentimento e assentimento.
Coleta/produção de dados	<ul style="list-style-type: none">- Necessidade de construir uma relação de confiança e respeito com os sujeitos/participantes.- Observância de cuidados relacionados ao consentimento/assentimento, entendido como um processo contínuo e negociado ao longo de todo o estudo.- Garantia de proteção da privacidade, confidencialidade e anonimato.- Vigilância constante sobre a própria subjetividade, poder e responsabilidade em relação aos sujeitos estudados (Merriam; Tisdell, 2016).- Responsabilidade com a voz do participante (Mauthner <i>et al.</i>, 2002).- Necessidade de agir com prudência, sensibilidade e responsabilidade, reconhecendo que as decisões no campo de pesquisa têm consequências duradouras para a vida e a dignidade



Etapa da pesquisa	Implicações éticas
	<p>daqueles que aceitam participar do estudo (Welland; Pugsley, 2002), tendo como horizonte a “ética do cuidado”.</p> <ul style="list-style-type: none">- Especial atenção à gestão de dinâmicas de poder e coerção: pesquisadores frequentemente ocupam posições de maior poder social ou intelectual em relação aos participantes. Isso pode levar a formas sutis de coerção, em que os sujeitos sentem que devem cooperar, especialmente em ambientes institucionais como prisões ou escolas. A ética exige que o pesquisador minimize essa desigualdade para evitar danos e situações de opressão ou desconforto.- A coleta de dados sobre temas sensíveis pode reabrir traumas ou causar angústia aos participantes. O pesquisador tem a responsabilidade de monitorar esses efeitos e evitar assumir papéis para os quais não foi preparado, como o de conselheiro ou terapeuta. Além disso, o pesquisador também pode sofrer trauma secundário ou vicário ao ouvir relatos traumáticos.- Especial atenção a populações vulneráveis: pesquisa com crianças, pessoas com deficiência ou grupos marginalizados.
Análise e interpretação de dados	<ul style="list-style-type: none">- Buscar a “responsabilidade epistêmica” e o emprego da reflexividade em todas as etapas da sistematização dos dados, análise, interpretação e redação do relatório.- Manter atenção em relação ao anonimato, à confidencialidade e ao arquivamento adequado dos dados coletados.- Observar a coerência das análises com o referencial teórico ou o quadro conceitual (ético-ontoepistemologia).- Verificar se a análise não contém vieses ou distorções (para ajustar os dados a modelos teóricos predeterminados).
Publicação e disseminação dos resultados	<ul style="list-style-type: none">- Planejamento da devolutiva e de ações que podem ser desenvolvidas após a realização da pesquisa.- Elaboração de publicações que atendam aos padrões éticos estabelecidos.- Observância do compromisso com o anonimato e a confidencialidade.- Inclusão de considerações éticas nas publicações.- Prevenção da tendenciosidade na linguagem (gênero, orientação sexual, identidade racial e étnica, deficiências, idade, imprecisões históricas e interpretativas) (American Psychological Association [APA], 2012).- Respeito às regras de autoria (apenas pessoas que participaram efetivamente da pesquisa e da elaboração do relatório devem ser consideradas autoras, sem exclusão indevida de colaboradores).- Reconhecimento da participação e das colaborações para a realização da pesquisa.- Exercício permanente da reflexividade e da autocrítica em relação às conclusões e argumentações, evitando a reprodução de hierarquias e opressões.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Em resumo, a ética na análise de dados exige que o pesquisador vá além da aplicação de regras abstratas, adotando uma postura de responsabilidade e cuidado para garantir a justiça nas representações e a proteção dos direitos e da dignidade daqueles que foram estudados (Love, 2012). Como não existem regras fixas que prevejam todos os dilemas de campo, a reflexividade torna-se o principal instrumento para que o pesquisador



tome decisões éticas e forneça uma descrição densa e verdadeira da realidade social estudada.

4 Considerações finais

Neste ensaio, destacou-se a importância da ética em todos os tipos de pesquisa, em especial na pesquisa qualitativa. Trata-se de uma temática altamente relevante a ser debatida e aprofundada na formação de pesquisadores e nos fóruns e eventos de pesquisa qualitativa. No Brasil, em virtude do modelo de revisão ética configurado nos últimos 30 anos, fortemente baseado nos princípios da pesquisa em Saúde, muitas áreas de pesquisa e pesquisadores das Humanidades se afastaram das discussões sobre ética em pesquisa ou se restringiram à mera submissão dos projetos de pesquisa ao sistema de revisão ética existente.

A partir de um movimento de articulação das associações de Ciências Humanas e Sociais, em 2013 foi criado o Fórum de CHSSSA (atualmente FCHSSALLA), com a missão de acompanhar as discussões sobre ética em pesquisa. Paralelamente, algumas associações científicas de Humanidades também passaram a se engajar nas discussões sobre ética em pesquisa. Ao longo dos últimos 12 anos, diversos avanços ocorreram na área de Humanidades, especialmente a ampliação da visão de ética em pesquisa para além da aprovação ética e a incorporação das discussões sobre integridade acadêmica e científica (FCHSSALLA, 2024). Atualmente, conceitos como ético-ontopistemologia, responsabilidade epistêmica e reflexividade ética têm sido incorporados nas discussões sobre ética em pesquisa na área de Humanidades, alterando significativamente a concepção sobre a ética e seu papel na pesquisa. Apesar de tais avanços, ainda há muito a ser feito no que se refere à regulação da ética em pesquisa que respeite as especificidades da pesquisa em Humanidades, à formação ética dos pesquisadores e ao aumento do número de pesquisadores que incluem considerações éticas em seus relatórios de pesquisa.

Com relação à regulação da ética em pesquisa, espera-se que o processo de constituição da INAEP e as novas legislações levem em consideração as especificidades da pesquisa em Humanidades. Ao longo dos últimos anos, diversos pesquisadores e o FCHSSALLA indicaram os principais problemas do sistema de revisão ética que foi sendo constituído no Brasil, a partir de 1996, com a criação da Conep. Além de legislações específicas, a criação de CEPs de CHS ou de câmaras de CHS nos CEPs



existentes pode ser uma alternativa para resolver a questão da revisão ética em Humanidades. No entanto, não se pode perder de vista que a revisão ética é apenas uma parte da questão da ética em pesquisa. Para além da revisão ética, faz-se necessário promover a cultura ética em todas as etapas da pesquisa.

Retomando o problema teórico deste ensaio, destaca-se a necessidade de compreender que a ética está relacionada às dimensões ontológicas, epistemológicas e políticas da produção de conhecimento e, portanto, vai muito além da dimensão burocrática e procedimental da ética em pesquisa, a qual se restringe à aprovação ética por um CEP. A formação ética dos pesquisadores já atuantes e dos futuros pesquisadores é condição *sine qua non* para promover uma ampliação da visão de ética em pesquisa, bem como para obter um maior engajamento dos pesquisadores nessa temática. Desse modo, faz-se necessário investir na formação ética dos pesquisadores, na Graduação e na Pós-Graduação, por meio da oferta de disciplinas, seminários, elaboração de subsídios etc. As associações científicas, as Instituições de Ensino Superior, os CEPs, os Programas de Pós-Graduação e os Grupos de Pesquisa podem atuar, de forma sinérgica, para garantir essa formação.⁵

A inclusão de considerações éticas nos relatórios de pesquisa qualitativa é um tópico bastante relevante no contexto da discussão da ética na pesquisa qualitativa (Mainardes, 2026a). A essência da perspectiva ético-ontoepistemológica é a compreensão de que a ética, a ontologia e a epistemologia são elementos indissociáveis em todas as etapas da pesquisa (opção pela temática, formulação do projeto, coleta-produção de dados, análise e interpretação de dados, elaboração de relatórios e publicações, possível ativismo transformador que possa emergir da pesquisa). Essa perspectiva traz implicações para o sistema de pesquisa e para as práticas institucionais, principalmente no que se refere à formação de pesquisadores, à orientação de estudantes de Graduação e Pós-Graduação, aos Grupos de Pesquisa, à avaliação de teses e dissertações e às políticas editoriais de periódicos.

A explicitação de considerações éticas nos relatórios de pesquisa, da forma mais ampla possível (explicitação profunda)⁶, é um aspecto que pode ampliar a qualidade, a credibilidade e a integridade do trabalho de pesquisa. A autodeclaração dos princípios e

⁵ Com relação às iniciativas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) na ética em pesquisa, ver Mainardes *et al.* (2023).

⁶ Em outro texto, buscou-se distinguir a explicitação de superfície e a explicitação profunda (Mainardes, 2026a).



dos procedimentos éticos nos relatórios de pesquisa (Mainardes; Carvalho, 2019) expressa o engajamento (e o amadurecimento) do pesquisador no processo de pesquisa e representa um avanço qualitativo superior em relação à mera submissão do projeto de pesquisa em uma plataforma (ética burocrática) ou ao simples ato de apresentar questões genéricas sobre cuidados éticos.

Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Manual de publicação da APA**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 304 p.

BARAD, K. **Meeting the universe halfway**: quantum physics and the entanglement of matter and meaning. Durham & London: Duke University Press, 2007. 544 p.

BRASIL. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, 1996. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/1996/resolucao-no-196.pdf/view>

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 112, p. 59-62, 13 jun. 2013.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 14.874 de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o sistema nacional de ética em pesquisa com seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 103, p. 3-7, 29 maio 2024.

DOUCET, A.; MAUTHNER, N. Nowing responsibly: Linking ethics, research practice and epistemology. In: MAUTHNER, N.; BIRCH, M.; JESSOP, J.; MILLER, T. (ed.). **Ethics in qualitative research**. London: SAGE, 2002. p. 123-145.

DUARTE, L. F. D. Ética em pesquisa nas Ciências Humanas e o imperialismo bioético no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 31-52, 2015. <https://doi.org/10.20336/rbs.90>

DUARTE, L. F. D. Cronologia da luta pela regulação específica para as ciências humanas e sociais da avaliação da ética em pesquisa no Brasil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 267-286, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/9771/209209218791>

FALCÃO, H. G. **“Burocracia da ética”**: uma análise antropológica sobre a regulação da prática da pesquisa científica no Brasil. 221 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

FÓRUM DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, SOCIAIS APLICADAS, LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES. **Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica**. Grupo de



Trabalho de Ética em Pesquisa. FCHSSALLA (2022-2023). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2024/03/07/diretrizes-para-a-etica-na-pesquisa-e-a-integridade-cientifica/>

GEWIRTZ, S. A reflexividade ética na análise de políticas: conceituação e importância. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 7-12, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/298/305>

GILLAM, L.; GUILLEMIN, M. Reflexivity: overcoming mistrust between research ethics committees and researchers. In: IPHOFEN, R.; TOLICH, M. (ed.). **The Sage Handbook of Qualitative Research Ethics**. London: Sage, 2018. p. 263-275.

GUILLEMIN, M.; GILLAM, L. Ética, reflexividade e “momentos eticamente importantes” na pesquisa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-18, 2025. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24496.003>

HAMMERSLEY, M.; TRAIANOU, A. **Ethics in qualitative research: controversies and contexts**. 1. ed. London: SAGE, 2012. 184 p.

HOLBROOK, A.; DALLY, K.; AVERY, C.; LOVAT, T.; FAIRBAIRN, H. Research ethics in the assessment of PhD theses: footprint or footnote? **Journal of Academic Ethics**, v. 15, n. 4, p. 321-340, 2017. <https://doi.org/10.1007/s10805-017-9287-9>

ISRAEL, M. **Research ethics and integrity for social scientists: beyond regulatory compliance**. 2. ed. London: Sage, 2015. 264 p.

JACOB, M. A.; RILES, A. The new bureaucracies of virtue: Introduction. **Political and Legal Anthropology Review**, v. 30, n. 2, p. 181-191, 2007. <https://doi.org/10.1525/pol.2007.30.2.181>

JUROŠ, T. V. Reporting on the issues of research rigour and ethics: the case of publications using qualitative methods in the Croatian social science journals. **Revija za Sociologiju**, v. 41, n. 2, p. 161-184, 2011. <https://doi.org/10.5613/rzs.41.2.2>

LOVE, K. J. (ed.). **Ethics in social research**. Bingley: Emerald, 2012. 300 p.

MAINARDES, J. Contribuições da perspectiva ético-ontopistemológica para a pesquisa do campo da política educacional. **Education Policy Analysis Archives**, Tempe, v. 30, n. 146, p. 1-21, 2022. <https://doi.org/10.14507/epaa.30.7436>

MAINARDES, J. Ética em pesquisa e formação de pesquisadores/as em educação na óptica de coordenadores/as de Programas de Pós-Graduação em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 25, p. 1-26, 2025a. <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v25.1141>

MAINARDES, J. Ética e integridade na pesquisa em ciências humanas e sociais no Brasil: aspectos da regulação e formação de pesquisadores. **Horizontes**, Itatiba, v. 43, n. 1, p. 1-20, 2025b. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v43i1.2138>

MAINARDES, J. A ética nos relatórios de investigação qualitativa. **New Trends in Qualitative Research**, Aveiro, v. 22, n. 1, p. 1-14, 2026a. <https://doi.org/10.36367/ntqr.22.1.2026.e1368>

MAINARDES, J. Ética e integridade na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais no Brasil: para além da ética procedimental e burocrática. **Educar em Revista**, Curitiba, 2026b. (No prelo).



MAINARDES, J.; CARVALHO, I. C. M. Autodeclaração de princípios e de procedimentos éticos na pesquisa em educação. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (org.). **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. Volume 1. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. p. 206-210. *E-book*. Disponível em: <https://anped.org.br/e-books/>

MAINARDES, J.; COUTINHO, A. M. S.; GARCIA, F. M.; NUNES, J. B. C. Ética em Pesquisa na ANPED: cronologia, avanços e expectativas. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (org.). **Ética e Pesquisa em Educação: subsídios**. Volume 3. Rio de Janeiro: ANPED, 2023. p. 278-299. *E-book*. Disponível em: <https://anped.org.br/e-books/>

MAUTHNER, M.; BIRCH, M.; JESSOP, J.; MILLER, T. (ed.). **Ethics in qualitative research**. London: SAGE, 2002. 172 p.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative research: A guide to design and implementation**. 4. ed. New Jersey: Jossey Bass, 2016. 368 p.

QUICKFALL, A. Reflecting on ethical processes and dilemmas in doctoral research. **Education Sciences**, v. 12, n. 11, p. 1-12, 2022. <https://doi.org/10.3390/educsci12110751>

SARTI, C. A ética em pesquisa transfigurada em campo de poder: notas sobre o sistema CEP/Conep. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 79-96, 2015. <https://doi.org/10.20336/rbs.94>

SCHRAG, Z. M. **Ethical imperialism: Institutional Review Boards and the Social Sciences, 1965-2009**. 1. ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010. 264 p.

STETSENKO, A. **The transformative mind: exploring Vygotsky's approach to development and education**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. 433 p.

STETSENKO, A. Ético-ontoepistemologia ativista: pesquisa e estudo de resistência. Tradução: Janete Bridon. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (org.). **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. Volume 2. Rio de Janeiro: 2021. p. 20-30. *E-book*. Disponível em: <https://anped.org.br/e-books/>

WELLAND, T.; PUGSLEY, L. (ed.) **Ethical dilemmas in qualitative research**. 1. ed. Cardiff: Ashgate Publishing, 2002. 170 p.

WORLD MEDICAL ASSOCIATION. **Declaration of Helsinki: ethical principles for medical research involving human subjects**. Tokyo: World Medical Association, 1975. Disponível em: <https://www.wma.net/wp-content/uploads/2018/07/DoH-Oct1975.pdf>

Artigo convidado

Revisado em: 20 de maio de 2026